

## DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO COM MÚLTIPLOS SENTIDOS

Maria Raquel Ferreira Grassi e Lucas Amaral Lauriano - FDC – Núcleo Petrobras de Sustentabilidade

### INTRODUÇÃO

**A**preender o que significa dizer desenvolvimento, subdesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável é muito mais do que refletir sobre os processos econômicos e sociais em curso, é compreender que os diferentes interesses de classes sociais distintas coexistem e lutam, em certo sentido, por espaço e significação.

Este Caderno de Ideias busca mostrar como o conceito de desenvolvimento pode ser encarado, de acordo com variáveis temporais, regionais ou até mesmo vieses teóricos. Pretende-se ainda realizar algumas reflexões sobre as Relações Internacionais e sobre o papel das organizações no tão aclamado desenvolvimento sustentável.

A produção desse material se enquadra como material de apoio a ser utilizado nas discussões do Projeto de Desenvolvimento de Pesquisadores do Núcleo Petrobras de Sustentabilidade da Fundação Dom Cabral.

Na próxima seção o conceito de desenvolvimento será atrelado às formulações de desenvolvimento e desenvolvimento econômico para a América Latina, considerando o papel central que Celso Furtado e a Cepal tiveram nesse processo. Na seção três será mostrado o conceito de desenvolvimento sustentável sob o viés neomarxista, considerando as relações assimétricas entre as classes sociais. Já na seção quatro algumas considerações finais serão feitas.

### AS FORMULAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E A CEPAL

O conceito de desenvolvimento está constantemente sendo discutido pelos cientistas políticos, sociais, analistas internacionais e outros profissionais que atuam

nessas áreas. A necessidade de definição de rumos para o desenvolvimento dos países, em especial dos países latino-americanos, contexto no qual estamos inseridos, vem da percepção de que o modelo atual de desenvolvimento não é suficiente, e não consegue alavancar consigo questões econômicas, sociais e ambientais de maneira sustentável e sustentada.

Nesse sentido, a Comissão Econômica para América Latina - CEPAL - foi bastante influente na definição de um paradigma de desenvolvimento para a região. Mais interessante do que sua criação, é a capacidade do órgão de se adaptar às novas realidades internas dos países.

A CEPAL influenciou o pensamento do desenvolvimento na região, com a formulação de “[...] um corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.16). A abordagem Cepalina se adapta ao contexto latino-americano ao longo do tempo, situação muito rara quando se fala em arcabouços teóricos. Nas Relações Internacionais, por exemplo, há uma dificuldade muito grande das teorias *mainstream* de se adaptarem a novos contextos e situações, apesar de conseguirem explicar satisfatoriamente os eventos internacionais.

De acordo com Celso Furtado, no pós-Segunda Guerra Mundial, a reconstrução dos países da Europa foi confundida com desenvolvimento. A reconstrução da ordem passa a ser o objetivo, dando abertura para que abordagens progressistas do desenvolvimento ganhassem força. Muitas vezes o desenvolvimento é compreendido como sinônimo de industrialização. Nesse sentido, quanto mais industrializado um país, mas desenvolvido ele é. Em uma concepção mais recente de Celso Furtado,

[...] as teorias de desenvolvimento são esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o consequente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social. (FURTADO, 1992 *apud* MALUF, 2000, p.40-41)

De fato, a relação direta e causal entre desenvolvimento econômico e diminuição da desigualdade ocorre corriqueiramente, o que não é comprovado pelas pesquisas e estatísticas. Na verdade, existe uma relação inversa: quanto mais desigual uma sociedade, menos os pobres ganham com o crescimento econômico. (MALUF, 2000)

Em uma perspectiva mais ampla, esse tipo de pensamento enxerga o desenvolvimento de maneira extremamente positivista e progressista, na medida em que os países subdesenvolvidos necessitam passar pela fase de modernização para chegar ao patamar de outros países, já desenvolvidos. Existe uma relação entre a modernidade e desenvolvimento, com a conotação positiva dada pelo progresso. O desenvolvimento nada mais é do que uma das possibilidades da modernidade. Quanto maior o progresso, mais moderno e desenvolvido é o país. Diversas abordagens destacam a mesma ideia, a de que bastariam o crescimento econômico e a industrialização para o vencimento de desigualdades internas dos países. O subdesenvolvimento, nesse contexto, seria uma variante do desenvolvimento, no qual o aumento da produtividade e incorporação de novas técnicas não gerava heterogeneidade.

Nas Relações Internacionais, o pensamento de que fatores externos determinam o comportamento dos atores é muito forte praticamente durante todo o período da Guerra-Fria, no qual a abordagem Realista foi muito difundida. Nessa concepção, os fatores internos estão subjugados aos fatores externos, e os Estados são vistos como “bolas de bilhar”, unitários e unifacetados. O Realismo dentro das Relações Internacionais, assim como essa perspectiva do desenvolvimento, reflete a realidade de um mundo bipolar. Entender que fatores internos, como escolhas políticas e condições iniciais, impactam na trajetória dos países ao longo do tempo não fazia parte das principais discussões sobre o assunto.

O pensamento evolucionista gera ainda impactos profundos na maneira como as organizações atuam nas mais diversas regiões. Enquanto em países industrializados há um mercado consumidor propício para a comercialização de produtos com alto valor agregado, nos países menos desenvolvidos, em um patamar mais baixo de desenvolvimento, não há condições para tal. O pensamento de que a solução é puramente tecnológica leva em consideração apenas uma faceta do que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável. As organizações inseridas nesses países menos desenvolvidos logo perceberão que a questão tecnológica deveria estar agregada a um pacote

de condições que melhorassem o entorno de suas atividades.

Com a percepção de que somente o desenvolvimento econômico das organizações, governos e populações não bastava para a diminuição do *gap* entre os países, chegou-se à conclusão de que a modernização é apenas uma parte da solução. Mesmo com incrementos significativos no PIB de latino-americanos - a média do crescimento econômico da região entre 1945 e 1954 foi de 5,8% -, a pobreza e a miséria continuavam exacerbadas. Celso Furtado definiu o pensamento como “mau desenvolvimento”, e não uma etapa anterior ao desenvolvimento de fato.

A abordagem cepalina é interessante pelo fato de possuir um enfoque histórico-estruturalista, que, ao mesmo tempo em que reconhece a relação de centro-periferia, adapta-se ao longo do tempo. Em seus estudos, as áreas temáticas são a análise da inserção internacional e dos condicionantes estruturais internos, temas muito visionários para a época em que os estudos da Comissão começaram. Como já foi enfatizado, nas Relações Internacionais, somente com o fim da Guerra Fria é que houve espaço para a discussão de fatores internos enquanto influenciadores dos rumos dos Estados. Até então, o enfoque estruturalista era tido como a-histórico. Assim, pensar que mesmo 30 anos antes, no auge da bipolaridade do Sistema Internacional e a desconfiança dos Estados Unidos, essas questões já faziam parte da discussão é no mínimo impressionante.

Da mesma forma, como veremos mais à frente, o conceito de desenvolvimento sustentável só se consolida efetivamente no final da década de 80, em coerência com toda a reestruturação do cenário internacional.

A Cepal tentava então retirar a universalidade do chamado desenvolvimento da época, que desconsiderava as realidades de cada região. Em seus mais de 50 anos de história, cinco fases acompanham o desenvolvimento da América Latina:

- a. Origens e anos 1950: industrialização.
- b. Anos 1960: “reformas para desobstruir a industrialização”.
- c. Anos 1970: reorientação dos “estilos” de desenvolvimento na direção da homogeneização social e na direção da industrialização pró-exportadora.
- d. Anos 1980: superação do problema do endividamento externo, via “ajuste com crescimento”.
- e. Anos 1990: transformação produtiva com equidade. (BIELSCHOWSKY, 1998, p.18)

Não cabe aqui a discussão profunda sobre cada uma dessas etapas, mas vale ressaltar o papel central que Celso Furtado teve na formação do embasamento estruturalista da Cepal. Seus livros sobre história da economia brasileira e latino-americana, de 1957 e 1970, respectivamente, são os textos que retratam a história econômica da região mais lidos no mundo. Ainda, na obra “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”, o autor destaca a necessidade de se levar em consideração as peculiaridades da realidade latino-americana quando se fala em desenvolvimento. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.22-23)

Furtado nos mostra que o “[o] fenômeno do subdesenvolvimento se apresenta sob várias formas e em diferentes estágios (...) Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer esforço de teorização autônomo” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.23)

A Cepal e Celso Furtado tiveram contribuições significativas para a compreensão do desenvolvimento nos países da América Latina, força essa que não é tão clara em análises atuais. Celso Furtado chama ainda atenção para os problemas mais específicos do Brasil, relacionados com a pobreza e desigualdade social, criticando o quadro de desenvolvimento imitativo realizado em nosso país e ressaltando a necessidade de considerar as especificidades de cada contexto.

Em uma perspectiva mais crítica, talvez a Cepal tenha tido essa força pela peculiaridade de sua abordagem ao perceber a individualidade da região naquela época, o que hoje já é considerado algo normal nas análises internacionais. As críticas às abordagens tradicionais de desenvolvimento se ampliaram no período pós-Guerra-Fria, no qual houve a inclusão de temas diversos na agenda de discussão dos países, e a consequente ascensão de abordagens, como o feminismo, pós-colonialismo e pós-modernismo, consideradas muitas vezes como “antimodernas”. (MALUF, 2000). Apesar de essas vertentes já existirem antes, somente com o fim da bipolaridade houve espaço para que essas ideias se propagassem efetivamente. “Escobar (1984, 1995), um dos principais representantes dessa vertente [antimoderna], sugere “dizer não ao desenvolvimento” com base numa abordagem pós-estruturalista e em elementos buscados diretamente em Foucault.” (MALUF, 2000, p.47)

Dizer não ao estruturalismo e positivismo de maneira extrema é negar a própria ciência e, portanto, não deveria ser discutido pela academia, em uma visão extremamente crítica. É necessário reconhecer a complexidade da realidade, a subjetividade de determinadas questões e o caráter *sui generis* do contexto de cada país sem, contudo, perder as raízes do rigor científico. O problema

não é reconhecer que diversos fatores específicos de cada unidade de análise influenciam em seus rumos, e sim negar que esse processo deve ser enxergado com o mínimo de rigor científico, como muitas vezes propõe os pós-estruturalistas. Mais uma vez realizando uma interface com as Relações Internacionais, a teoria pós-estruturalista mais difundida, o Desconstrutivismo recebe as mesmas críticas e chega a ser completamente desacreditada por boa parte da academia.

O mesmo problema com as teorias pós-modernistas é encarado pelas organizações. Por mais que algumas empresas adotem estruturas internas bastante flexíveis, há certo estruturalismo na maneira como os processos ocorrem nas organizações em geral, e uma concepção muito distante de uma estrutura não é vista como produtiva.

Muitas vezes o pós-modernismo e estruturalismo negam qualquer tipo de coletividade, o que impediria a formulação de um paradigma mais ou menos parcimonioso que poderia ser adaptado a diversas realidades. Em termos metodológicos, é favorável um paradigma de desenvolvimento imbuído em um contexto de modernização sem, contudo, que seja esquecido que, nesse processo, não basta olhar somente para o cenário internacional. É preciso analisar as características internas de cada país, levando-as em consideração quando se fala em desenvolvimento. Assim, é uma questão “[...] de considerar a articulação das diferenças sociais e atacar falsas homogeneizações, em lugar de rejeitar toda e qualquer ideia (*sic*) de coletividade.” (MALUF, 2000, p.51)

Nesse contexto, às vezes é questionado se tem sentido a homogeneização clássica da academia, e mesmo da Cepal, ao analisar todos os países da América Latina como um bloco homogêneo. Essa é uma discussão muito profunda para a proposta, mas é importante discutir as generalizações e suas consequências em estudos, pesquisas e até mesmo grade curricular das instituições de ensino. Ao mesmo tempo, certo grau de generalização é necessário para que ocorram progressos analíticos e teóricos, pensando em progresso da maneira mais positivista possível, em coerência com as bases da ciência. A percepção de desenvolvimento ainda está em curso e aprimoramento. O que alguns temem é que, para que haja o aperfeiçoamento dessa percepção, mais erros sejam cometidos e os problemas, sejam eles ambientais, econômicos, sociais, políticos, regionais ou mundiais, persistam por muito mais tempo.

Um assunto sobre o qual não foi focada a atenção, mas que também é interessante, é a mudança da percepção de desenvolvimento ocorrida no Banco Mundial. No pós 2ª Guerra essa visão era progressista, enquanto nos anos

90 o conceito de desenvolvimento passou a ser atrelado ao conceito de governança, ou “boa’ governança, como definido pelo Banco Mundial, que, segundo Carrion e Santos (2011), consiste em um processo complexo de tomada de decisão que anteciparia e ultrapassaria o governo. Noções como democracia, participação e transparência são alguns dos pontos constituintes dessa percepção.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A AMBIÊNCIA CAPITALISTA DA GLOBALIZAÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável tem passado por transformações ao longo das últimas décadas. Aparentemente, chegou-se a um conceito hegemônico, aquele definido pelo Relatório Nosso Futuro Comum, de 1987: o desenvolvimento sustentável seria então

[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. (WCED, 1986)

É interessante observar a trajetória desse conceito até a sua forma atual, e ainda perceber os motivos pelos quais esse foi o conceito “vencedor” dentre tantos outros formulados. É necessário ainda frisar que esse conceito surgiu em um ambiente de discussão internacional, o que gera uma interface direta com as Relações Internacionais.

O desenvolvimento entendido como uma forma de progresso possui suas raízes no século XIX, com o triunfo do capitalismo enquanto ideologia. No século XX, após a 1ª Grande Guerra Mundial, ascensão do Nazismo e do Fascismo, ficou constatado que o progresso nem sempre trazia vantagens, gerando assim a chamada crise do progresso, nos anos 30. (CASTORIADIS, 1987).

Após a 2ª Guerra Mundial (GM) e a reconstrução da Europa, gerou-se a ilusão de que o crescimento econômico traria o progresso e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Até então, considerava-se que apenas o crescimento econômico seria suficiente para diminuir o *gap* entre os países desenvolvidos e os “em via de

desenvolvimento”. Em uma perspectiva capitalista, não era interessante para os países desenvolvidos que a equidade total fosse alcançada, já que isso significaria maior competição e ainda perda significativa de influência, considerando que a população de diversos países é muito maior que a dos Estados Unidos e países europeus, por exemplo. Dessa forma, uma perspectiva de desenvolvimento que estivesse apenas preocupada com a diminuição parcial dos problemas sociais não era de se espantar.

No campo das Relações Internacionais, após o fim da 2ª GM, houve a ascensão do Realismo como paradigma dominante. Nessa perspectiva, os Estados são atores unitários, egoístas e que, em última análise, estão sempre preocupados com sua própria segurança e acúmulo de poder. A percepção de que o poder e recursos podem ser medidos e acumulados infinitamente já demonstra a mesma ideia do capitalismo. No auge do mundo bipolar, a hegemonia do Realismo, advinda das bases do Realismo Político, era clara. A cooperação para o desenvolvimento, quando ocorria, era traduzida como uma estratégia, seja dos EUA ou da URSS, de influenciar as regiões, obtendo assim mais poder.

As organizações, nesse contexto, não se questionavam sobre seu papel nesse desenvolvimento, já que todo o pensamento vigente obscurecia os impactos ambientais e sociais negativos que suas atividades poderiam trazer. Algumas organizações já possuíam certo grau de consciência, mas, como essa noção ainda era muito incipiente, o que ocorria eram casos esporádicos de filantropia, com o surgimento modesto da Responsabilidade Social Corporativa.

Dessa forma, por mais que houvesse alguns conceitos de desenvolvimento que levavam em consideração questões que iriam além da economia, eles eram abafados pelo poderio das duas grandes potências. A própria ONU, criada em 1948, não estava isenta dessa influência, especialmente quando consideramos que seus principais patrocinadores sempre foram as grandes potências.

Uma tentativa marcante contra-hegemônica foram os intentos da Cepal, na formulação de um arcabouço teórico estruturalista que levava em consideração as especificidades históricas da América Latina. Contudo, esse esforço é muito localizado e não ganha força no Sistema internacional como um todo. De maneira geral, a ausência de crescimento em países “em vias de desenvolvimento” ocorria devido puramente à ausência de crescimento econômico. Bastaria apenas instalar e importar máquinas para que o problema fosse resolvido. (CASTORIADIS, 1987)

Rapidamente foi percebido que os obstáculos do crescimento na verdade demandariam mudanças nas



estruturas sociais, “[...] as atitudes, a mentalidade, as significações, os valores e a organização psíquica dos seres humanos.” (CASTORIADIS, 1987) A formulação de novos conceitos para o desenvolvimento, que incluíssem também questões sociais, era necessária.

Nessa época, as questões ambientais também passaram a chamar mais atenção. Até então, os recursos naturais eram dados, e por isso utilizados sem limitação. Com a percepção de que isso era uma falácia, que os recursos eram finitos e que seu uso indiscriminado causaria danos aos próprios países desenvolvidos, a questão passou a ser foco das discussões. Contudo, em um sistema capitalista, como fazer com que ambientes, recursos e reservas naturais passassem a ter importância? A valoração foi a resposta encontrada, por mais incoerente que isso possa ser considerado por alguns autores, incluindo Castoriadis (1987). De acordo com o mesmo, não é possível valorar quanto custa uma calota polar, por exemplo, simplesmente porque recursos naturais mensurados são uma abstração autoritária. De qualquer forma, isso gera o chamado capitalismo ecológico, isto é, a transformação do meio biofísico, considerado pelo marxismo clássico como dado, em algo que pode ser medido e valorado.

As técnicas de valoração são atualmente muito utilizadas pelas organizações, seja por pressões governamentais, da sociedade ou por ter interesse em considerar os impactos ambientais negativos de suas ações. As técnicas têm sido apuradas nos últimos anos, mas ainda não estão isentas de críticas. Um estudo bastante difundido na atualidade é o *The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB)*, que busca medir quanto o impacto negativo ambiental das organizações vale em termos monetários. (TEEB, 2012) A metodologia tem se espalhado por diversas regiões do globo, e aparentemente o Brasil está prestes a receber sua própria versão do estudo.

A valoração é uma opção bastante lógica quando as relações de poder são consideradas. Em um sistema capitalista, com hegemonias baseadas em poderio econômico e político, nada mais natural do que, quando incluídos novos temas na agenda, esses temas sigam o mesmo raciocínio daqueles que estão no poder. Para a formulação de um conceito de desenvolvimento deveria haver então a preocupação com as questões ambientais, debate esse iniciado na década de 60 e 70, mas uma preocupação que surge pela percepção de que os recursos naturais seriam, no longo prazo, um problema para a acumulação capitalista. (MOREIRA, 1996)

O conceito de desenvolvimento sustentável é então um processo, iniciado com as percepções de que as questões econômicas somente não conseguiriam levar

ao desenvolvimento. Em 71 houve a publicação de Georgescu-Roegen, considerada o marco da economia ecológica, e, em 76, Ignacy Sachs formulou o conceito de ecodesenvolvimento, conceito este imbuído em uma crítica às relações globais entre países desenvolvidos e os “em via de desenvolvimento”. Além disso, críticas mais radicais foram feitas em 74 e 75, com a declaração de Cocoyok e o relatório de Dag-Hammarskjöld, respectivamente. (MOREIRA, 1996, p.245) Em 1987 surge o conceito que hoje, na visão de alguns autores, é hegemônico.

Obviamente existiram outras tentativas de definição de desenvolvimento, como o “congelamento do crescimento”, ou o “crescimento zero”, mas não haverá prolongamento nesses eventos, pois não faz parte do escopo da análise. O importante é ressaltar que todas essas tentativas foram movimentos contra-hegemônicos, quando comparados àquele proposto no Relatório Nosso Futuro Comum. Algumas dessas opções podem ser até mesmo consideradas subalternas, tentativas tão fracas que acabam não possuindo força para se tornarem de fato contra-hegemônicas.

Analisando o conceito hegemônico de desenvolvimento sustentável, algumas características vêm à tona e nos ajudam a compreender, dentro da lógica de poder, o porquê da prevalência do conceito. Primeiramente, é preciso frisar o caráter internacional do conceito. Criado em encontros internacionais, sob a égide da ONU, um conceito como este não poderia vir carregado de críticas àqueles que financiam a própria instituição. Assim, a definição ampla e parcimoniosa é preferível. Além disso, não há críticas à distribuição de riquezas, e ainda estimula o crescimento, já que é preciso satisfazer as necessidades das gerações, e homogeneiza o estilo de vida de todos os povos. Feitas essas considerações, é possível perceber a fraqueza de aplicabilidade do conceito. Afinal, quais são as necessidades atuais? Quais são as necessidades futuras? As próximas gerações suecas são as mesmas que as sudanesas? Tal indeterminação abre espaço para discussão e conflito, mas outros conceitos que vão contra o conceito hegemônico, na atualidade, são subalternos e, por definição, não chegam a ameaçá-lo. Quando o conceito hegemônico é considerado muito fraco pela instituição que almeja aplicá-lo, são criados instrumentos e ferramentas complementares à formulação hegemônica. Dessa forma, o que ocorre é o fortalecimento do conceito hegemônico ao longo do tempo.

As organizações de fato têm percebido a dificuldade de operacionalizar o conceito de sustentabilidade e implementá-lo efetivamente em suas gestões, processos e produtos. Nesse contexto, as organizações, quando desejam tangibilizar a sustentabilidade em seus

processos, corriqueiramente recorrem à abordagem denominada *Triple Bottom Line*, criada em 1994 por John Elkington. De maneira superficial, a abordagem diz que, para que a sustentabilidade seja alcançada, é necessário que a organização se preocupe com questões ambientais, sociais e econômicas. (ELKINGTON, 1998; ELKINGTON, 2004). É um conceito mais operacional, alinhado com o conceito hegemônico, parcimonioso e sem críticas profundas ao sistema, até porque estamos falando de organizações capitalistas.

O conceito definido em 1987 é ainda hegemônico por ser considerado, hoje, um ponto de partida para a aplicabilidade da sustentabilidade. É estranho como que, a partir do momento em que houve essa definição, há também a tentativa de ocultar tentativas de definição anteriores. Tal fato também é muito visto nas Relações Internacionais. Os EUA, considerados hoje a hegemonia mundial, mudam os rumos sobre como o passado é recontado, apagando, omitindo ou distorcendo determinados acontecimentos, de maneira a satisfazer os seus interesses.

A própria discussão acerca da sustentabilidade nos faz refletir sobre a apropriação do não material, a apropriação privada do conhecimento. Qual é a importância de compreender qual é o conceito de desenvolvimento sustentável hegemônico? Pois isso mostra as relações de poder que estão por trás desse processo, e as expectativas daqueles que cunham o termo com sua utilização. Dessa forma, por mais que as questões ambientais e sociais também passem a fazer parte das discussões acerca do tema, é essencial termos em mente que existe uma razão muito clara para que elas fossem incluídas: a lógica de poder.

Além disso, compreender o que se entende por desenvolvimento sustentável é necessário para evitar a chamada “nebulosa ambientalista”, situação na qual há uma generalização ilusória do grupo social dos ambientalistas, por exemplo. É muito comum enxergarmos um grupo homogêneo, supostamente com um caminho único. Contudo, existem divergências internas que diferenciam seus indivíduos de maneira significativa. Ora, da mesma maneira que existem grupos políticos de direita e de esquerda, existem ambientalistas mais conservadores, e outros mais extremistas. Isso, apesar de ser trivial, raramente é levado em consideração pelos meios midiáticos e opinião pública.

Em um mundo cada vez mais interconectado, com relações múltiplas e um sistema internacional unipolar com a presença de diversas potências e potências-médias, as informações são tantas que a realidade parece passar à nossa frente, em uma velocidade na qual não podemos acompanhar. Nesse contexto, quando se fala

em desenvolvimento sustentável, é necessário analisar o conceito mais a fundo, considerando sua criação, por quem, para que e por que foi estabelecido dessa maneira. Ainda é preciso compreender que a mudança do planeta como um todo para a sustentabilidade não ocorrerá com uma mudança drástica no sistema, e sim por uma mudança dentro do próprio capitalismo.

Da mesma maneira que o feminismo, a sustentabilidade já está em progresso, mas sem grandes alardes, dentro das amarras e imposições impostas pelo sistema hegemônico. Observando a situação por outro ângulo, a vertente teórica sociológica do interacionismo simbólico também traz concepções interessantes para o tema. Traduzido nas Relações Internacionais como Construtivismo, a teoria considera que os atores internacionais são também atores sociais, com interesses, identidades e percepções da realidade em constante interação no Sistema Internacional. Assim, a realidade, para os construtivistas, é construída. O conceito de sustentabilidade foi claramente construído com a interação do hegemônico e os movimentos contra-hegemônicos. Por mais que exista uma relação assimétrica de poder nessa relação, as percepções da realidade são moldadas, ao menos em parte, nessas interações. Berger e Luckmann contribuem para essa corrente com suas colocações acerca da realidade objetiva e subjetiva. Castoriadis (1982 *apud* MOREIRA, 1996) afirma que a realidade é construída pela instituição imaginária da sociedade. Assim, uma vez que a sustentabilidade e a natureza são aceitas nesse contexto, a própria natureza humana deve ser ressignificada. (MOREIRA, 1996, p.249)

Chegamos então à conclusão de que a ideia de que a natureza e o mundo biofísico não podem ser consideradas como dados, e que a valoração ambiental deixa isso evidente. Por mais que ambas as teorias - Neomarxismo e Construtivismo / Interacionismo Simbólico - possuam muitas divergências, é possível também observar pontos em que não são contraditórios, como o exposto.

Enxergar a sustentabilidade sem possuir uma percepção crítica e apurada dos diversos interesses por trás desse processo é minimizar a questão. As Relações Internacionais levam em consideração uma gama de fatores econômicos, sociais, ambientais e políticos que ampliam a visão dos *decision-makers*, sendo assim importante ferramenta para a área de desenvolvimento. Além disso, em um contexto de realidade construída, as organizações influenciam na sociedade ao seu redor, assim como a sociedade também molda o comportamento das organizações. Essa percepção, agregada à ideia de desenvolvimento sustentável, começa a fazer parte da realidade objetiva das nações, e o sistema pode se ressignificar, caso esse movimento continue.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este caderno de ideias apenas sumariza as questões principais relacionadas ao desenvolvimento sustentável. São três eixos transversais considerados no trabalho: a evolução do conceito; as relações internacionais e sua relação nesse movimento e o papel das organizações, enxergando-as como atores importantes para o desenvolvimento sustentável.

Apesar de terem sido apresentados poucos aspectos que relacionem o contexto interno das organizações, é interessante observar que estas não atuam isoladamente, e sim em constante interação com o cenário externo, mesmo em um cenário de bipolaridade como o da Guerra-Fria.

A continuação desse trabalho prevê um enfoque mais localizado na trajetória da Responsabilidade Social Corporativa, e como este se relaciona com o contexto internacional e a sustentabilidade, mais recentemente.

## REFERÊNCIAS:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. R. Janeiro: Ed. Record, vol. 1, 13-68. 2000.

CARRION, Rosinha da Silva Machado; SANTOS, Claire Gomes dos. Reflexões sobre a Governança da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. *Revista de Geopolítica*, v. 2, p. 24-42, 2011.

CORNELIUS, Castoriadis. *As Encruzilhadas do Labirinto II: Os Domínios do Homem*, 1987.

ELKINGTON, John. *Cannibals With Forks - The triple bottom line of 21st century business*, New Society Publishers, Oxford. 1998.

ELKINGTON, John. *Enter The Triple Bottom Line*. 2004. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>> Acesso em: 1º dez. 2011.

FURTADO, Celso. *Em Busca de um Novo Modelo*. 2002.

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. 15, p.53-86. 2000.

MOREIRA, Roberto José. *Economia Política da Sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista*. 1996

TEEB. *The Economics of Ecosystems and Biodiversity*. 2012. Disponível em: <<http://www.teebweb.org/>> Acesso em: 2 fev. 2012.

WCED. *Our Common Future*. 1986. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-02.htm#I>> Acesso em: 30 out. 2011.